



SENADO IMPERAL

ANAIIS DO SENADO

ANNO DE 1868
LIVRO 3

ANNAES DO SENADO DO IMPERIO DO BRAZIL



Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal

TRANSCRIÇÃO

~~O SR. BARÃO DE ITAÚNA: — Parece-me, Sr. presidente, pela leitura á que se procedeu, que estes papeis não forão ainda enviados á commissão de fazenda do senado.~~

~~O SR. PRESIDENTE: — Ainda não forão.~~

~~O SR. BARÃO DE ITAÚNA: — Eu entendo que em materia de semelhante ordem é de summa conveniencia que seja ouvida essa commissão da casa, e neste sentido vou mandar um requerimento á mesa.~~

~~Foi lido, apoiado e posto em discussão o seguinte~~

REQUERIMENTO:

~~«Requeiro que o projecto em discussão com todos os papeis que o acompanhão, seja remettido á commissão de fazenda para interpor seu parecer.»~~

~~«Paço do senado, 1 de julho de 1868. Barão de Itaúna.»~~

~~Posto a votos foi approved o requerimento.~~

Proseguiu a discussão da resposta á falla do throno.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Sr. presidente, o senado deve desculpar-me, se ainda tomo alguns instantes de sua attenção para defender a emenda que tive a honra de offerecer ao projecto de resposta á falla do throno.

Peço esta desculpa, porque reconheço que esta discussão tem se prolongado. O nobre presidente do conselho já está soffregos por vêr acabada esta questão; e eu não incorreria, nem no desagrado de S. Ex. nem na impertinencia de pedir ainda a attenção do senado, se acaso depois de ter offerecido a emenda, não tendo mais tomado a palavra, tendo havido muitos discursos, desde os do nobre presidente do conselho, até os dos ajudantes de campo do partido conservador, contra esta emenda, não entendesse que mereço do senado alguma indulgencia, prestando-me ainda alguma attenção para defender-me das injustas apreciações que fizerão os illustres impugnadores da mesma emenda.

Sr. presidente, ainda tenho mais uma desvantagem neste debate, na defesa da emenda. Não tive occasião de ouvir um só dos discursos do nobre senador por Mato-Grosso; ouvi os do nobre senador por S. Paulo; e do ultimo discurso do nobre senador por Mato-Grosso apenas ouvi hontem, entrando nesta casa, as ultimas palavras, a que ainda pude dar um aparte. Dizia S. Ex.: «eu entendo que são bastantes as censuras que fazemos ao ministerio; fazemos-lhe opposição, mas não queremos provocar a sua queda, não queremos a responsabilidade do impulso para sua queda.» E nesta occasião disse eu: — pois se V. Ex. não empurrar o nobre presidente do conselho, elle nunca mais sahirá do ministerio. E o que me respondeu a isto o nobre senador? — «Pois bem, quando elle cahir, eu não entendo que o partido esteja inhabilitado para succeder-lhe.» E nisto discordou de outro ajudante de campo, que entende que o partido

não está habilitado para succeder ao actual ministerio, e por isso julga que não deve provocar-lhe a queda, tomar esta responsabilidade.

Sr. Presidente, a consideração que me merecem as opiniões do honrado senador por Mato-Grosso me obrigão a dar-lhe primazia na apreciação de suas observações. O nobre senador, com a opinião que emittiu, desconheceu a indole do nosso systema. No systema representativo os ministerios não podem cahir senão pela luta do parlamento, porque nenhuma outra causa é legitima, os titulos da legitimidade dos ministerios derivão da luta parlamentar. Como pois vós, homens do parlamento, quereis que a sorte de um ministerio, que vós julgais infenso ás liberdades publicas, que condemnais, porque lhe fazeis opposição, como é que quereis que esse ministerio caia de maduro, e que só se possa procurar-lhe successor, quando elle se resolver a cahir? Se vós esperais que o ministerio caia para succeder-lhe na herança, que titulos tendes para governar o paiz? Quaes são as idéas que representais? E se não quereis fazer guerra ao ministerio com estas idéas, como quereis substitui-lo?

O SR. F. OCTAVIANO: — Muito bem dito!

O SR. T. OTTONI: — Apoiado!

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: — Neste caso, pela doutrina do nobre senador por Mato-Grosso só podemos ter mudança de ministerio quando o ministerio cahir e vier aqui um mordomo chamar algum dos nobres senadores para organizar o ministerio! Mas, senhores, é preciso metter em linha de conta, antes de tudo, comquanto o direito da corôa seja indisputavel, todavia no governo constitucional é preciso metter em linha de conta, antes de tudo, a confiança do parlamento. Os ministerios não são legitimos senão quando são uma commissão do parlamento.

Esta é a doutrina constitucional da Inglaterra, é a doutrina a que se tem approximado todos os paizes onde tem vingado mais legitimamente o systema constitucional. A corôa é o juiz supremo da occasião em que essa commissão do parlamento deve mudar; mas esperar que um ministerio cáia de maduro; quando elle não quizer mais viver; quando estiver talvez podre é que quereis ser herdeiros da podridão de uma administração, que não póde, que não deve mais viver?! Uma tal theoria, senhores, desconhece os principios elementares do systema parlamentar. (Apoiados.)

E permitti-me ainda que eu volte minha attenção (que me merece muito) para a opinião do honrado senador por Mato-Grosso. A primeira vez que fallei, apresentando e defendendo a minha emenda, eu formulei como capitulo de accusação contra o actual ministerio, como um dos motivos por que estava em opposição radical ter elle deixado germinar no paiz a suspeita do governo pessoal. Ora, tendo eu esta opinião, não devo fortificar-me nella, vendo que as condições parlamentares desaparecem da condição da

vida dos ministerios? Que se assignala unicamente como condição da existencia de um ministerio a vontade da corôa em demittir este ministerio?

O SR. T. OTTONI: – E a do general em chefe.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – São estas e outras opiniões dos novos chefes do partido conservador, que me têm afastado delles; são estas e outras opiniões que me fazem radical na opposição ao ministerio. Não faço opposição ao ministerio, porque julgue os honrados ministros indignos do poder, nem porque enxergue um ou outro acto desregrado da sua administração; não; eu faço opposição ao ministerio, porque é elle principalmente quem tem feito mais degradar no paiz o systema representativo.

O SR. T. OTTONI: – Apoiado.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – Reconheço que a falta é antiga, mas nenhum exagerou tanto como o ministerio actual, nenhum deixou mais transparecer que vive á sombra de um poder que não é do parlamento; e o maior dos males que podia fazer ao paiz é essa exageração. Eu podia dizer como um notavel escriptor inglez, fallando da decadencia do imperio romano: «a decadencia romana no periodo da vida de um homem atravessou sem ser percebida, mais, logo que a historia examinou e observou os factos anteriores, durante o periodo de toda essa vida em que se não tinha percebido a decadencia, achou todos os traços da decadencia successiva.» E' o que está acontecendo entre nós; por ora, os traços de decadencia estão imperceptiveis para muitos, não se enxergão, mas em breve a historia ha de tomar conta delles, e se ha de vêr os sulcos profundos que a mão deste ministerio vai fazendo no systema representativo, e os traços de decadencia do nosso imperio.

O nobre senador por Mato-Grosso, explicando a posição dos partidos... Não posso demorar me em contestar S. Ex. porque não quero referir-me ás suas opiniões, enunciadas pelo nobre presidente do conselho; o que sei do seu discurso é o que ouvi na refutação que fez o nobre presidente do conselho e não sei se o nobre senador quer que eu me dirija pela exposição que fez o nobre ministro.

O SR. PARANHOS: – Não senhor.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – Já é alguma vantagem, porque é uma desconfiança de V. Ex. no Sr. presidente do conselho.

Mas, Sr. presidente, eu ainda ouvi no momento em que entrei no senado estas palavras pronunciadas pelo nobre senador pela provincia de Mato-Grosso: «Os partidos politicos têm hoje matizes muito pouco diversos.» Eu, Sr. presidente, acompanho até certo ponto a expressão do nobre senador, e sua expressão me ajudaria no intento que tenho de approximar todos os matizes liberaes contra o actual ministerio. A tarefa hoje não é outra, é reunir os homens que

ainda têm aspirações de governo constitucional nesta terra, reuni-los contra o ministerio actual.

O SR. T. OTTONI: – Apoiado.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – ~~Então se os matizes são nuanças quasi apagadas, accidentaes, qual é o obstaculo para isso? O obstaculo para isso, Sr. presidente, é o nobre senador pela provincia de S. Paulo. Sr. presidente, é uma das razões por que tomei a palavra; eu devo dar algumas respostas á maneira pouco benevola com que o nobre senador pela provincia de S. Paulo acolheu a minha emenda.~~

~~Senhores, o nobre senador pela provincia de S. Paulo apresentou quatro razões para votar contra a minha emenda. Não quero confiar em minha memoria que é fraca e suspeita na exposição de argumentos alheios; socorro-me á nota que tomei. 1º argumento: S. Ex. não se dignou dar sua annuncia para que eu apresentasse minha emenda; 2º, o partido conservador subindo será obrigado a dissolver a camara e tomar a dictadura; 3º, recia que se demore o exito da guerra e não quer a responsabilidade da mudança agora; 4º, os liberaes subirão com os votos dos conservadores se estes votarem pela emenda.~~

~~Sr. presidente, á vista destas apreciações do nobre senador pela provincia de S. Paulo eu devo justificar me com o senado, não com quem é injusto comigo, com este não me justifico. Quando offereci minha emenda, Sr. presidente, conforme já disse, como corpo franco, fazia fogo ao ministerio por minha conta e risco, não procurei nem tomei a responsabilidade alheia, mas tive a delicadeza de mostrar a minha emenda a muitos amigos no senado de um e de outro lado, conservador e liberal; do lado liberal aquelles a quem mostrei a emenda disserão que votavão por ella.~~

O SR. T. OTTONI: – Apoiado.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – ~~Do lado conservador dirigi-me em primeiro logar á commissão de resposta á falla do throno e fiquei muito animado porque a maioria da commissão declarou que votava pela emenda.~~

O SR. BARÃO DE PIRAPAMA: – ~~Que votava pela emenda?~~

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – ~~Sim, senhor. Quando eu me dirigia a mostrar a emenda ao 3º membro da commissão, o honrado senador pela provincia da Bahia, que está a meu lado, disserão-me sua opinião a respeito da emenda, e assentei que não era preciso mostra-la. Seria uma opinião que me honraria muito, que eu prezaria sobremaneira, mas os seus collegas da commissão me disserão qual era essa opinião. Além destes mostrei a emenda a outros membros desta casa, não preciso declinar os nomes (apoiados); fallei na commissão porque era autoridade neste assumpto, mostrei a emenda a outros membros da casa e muitos me disserão que votavão por ella.~~

que a nossa resolução era decidida, mas que entretanto para obedecer ás suas ordens, promoveria outra conferencia.

E, pois, convidei meus collegas para uma reunião em minha casa na noite desse dia, e nessa conferencia continuou-se a sustentar por votação unanime: «que, á vista da escolha de senador pela provincia do Rio Grande do Norte, se deixasse o poder.»

Immediatamente escrevi a Sua Magestade a seguinte carta:

«Senhor: — Acabámos de conferenciar de novo sobre o assumpto de que tive a honra de fallar, ás 2 horas, a Vossa Magestade Imperial e os meus collegas entendem comigo que o que, em nome do ministerio, declarei a Vossa Magestade Imperial não póde deixar de realizar-se. Espero, portanto, que Vossa Magestade Imperial se digne de dar-me suas ordens, que irei pedir amanhã, ás 9 horas da manhã, se Vossa Magestade Imperial não designar outra.

Sua Magestade e Imperador respondeu-me que na tarde do dia 13 teria occasião de fallar-me, assim como aos meus collegas, porque como V. Ex. sabe Sr. presidente, era esse dia de cumprimentos pelo anniversario da serenissima princeza a Sra. D. Leopoldina.

Comparecemos; Sua Magestade e Imperador depois de conversar com cada um dos ministros presentes e de ouvir delles a mesma declaração que me ouvira, deu-me uma audiencia particular, na qual não concedeu a demissão pedida, dizendo: que queria ainda meditar, e no dia seguinte me mandaria chamar.

No dia seguinte determinou-me que de 1 hora por diante poderia procura-lo. Fui a S. Christovão e apresentando-me ás 2 horas, Sua Magestade e Imperador depois de saber que persistiamos no nosso pedido, houve por bem conceder a demissão do ministerio. Feito isto, dignou-se Sua Magestade perguntar-me quem lhe indicava eu para organizar o novo gabinete. Pedi respeitosamente que me dispensasse de fazer tal indicação, e, depois de breve silencio, ordenou-me que chamasse ao paço de S. Christovão com urgencia o Sr. visconde de Itaborahy.»

Dirigi ao Sr. visconde a seguinte carta:

«Illm. Exm. Sr. visconde de Itaborahy. — Recebi ordem de Sua Magestade e Imperador para convidar V. Ex. a ir ao paço de S. Christovão com urgencia.»

O Sr. visconde foi a S. Christovão; a elle compete expôr o que se seguiu:

No dia 16 (hontem), ás 2 horas da tarde, referendi o decreto da nomeação do Sr. visconde de Itaborahy, o qual de todo o coração estimo lhe proporcione oportunidade de dar ás finanças e á politica do paiz uma direcção que lhe imponha ligeiros se não imperceptiveis sacrificios.

Em seguida S. Ex. referendo o decreto que alliviando-me do peso do governo deixa-me a qualidade que preso sobre todas, de velar desta cadeira como simples sentinella na guarda da

Constituição e das leis e na verdade do regimen parlamentar.

O SR. VISCONDE DE ITABORAHY (Atenção):

— Chamado Sr. presidente, pela corôa para encarregar-me da organização de um ministerio que substituísse o de 3 de agosto, o qual havia, segundo expôz o honrado membro que me precedeu, solicitado e já obtido a sua demissão hesitei por algum tempo, pedi a Sua Magestade e Imperador que me dêsse mais espaço para meditar sobre um assumpto tão grave e para poder consultar ao menos alguns dos meus amigos.

Fi-lo com effeito, Sr. presidente. Entendêrão elles, convenci-me eu tambem, de que nas gravissimas circunstancias em que se acha o paiz, não seria licito furtar-me ao sacrificio que de mim se exigia. Resolvi-me, portanto, a organizar o gabinete com cidadãos, cujos nomes o senado acaba de ouvir.

Os principios de moderação e de rigorosa justiça, o respeito religioso aos direitos de todos os cidadãos a escriptura fiscalisação e economia dos dinheiros publicos, serão o principal fundamento da nossa politica.

Sei, ou antes estou convencido de que muitos males que temos soffrido e de que nos temos queixado e nos queixamos ainda, são mais filhos da falta de execução severa das leis, do que de defeito dessas mesmas leis. Não quer porém isto dizer que a experiencia, a pratica, não nos tenha já demonstrado que algumas alterações, algumas reformas são necessarias, já na lei de 3 de dezembro, já na lei das eleições, já na das camaras municipaes, etc. Portanto não seremos nós que nos opporemos, pelo contrario procuraremos quanto estiver de nossa parte favorecer e promover essas reformas. Mas, adiantada como se acha a sessão, não acredito que possamos durante ella tratar desses objectos; outros de mais urgencia e de muito maior necessidade exigem os nossos cuidados, os nossos desvelos.

As leis annuas de fazenda, os recursos que são indispensaveis e urgentissimos, não já só para acudir ás obrigações sagradas que o thesouro tem contrahido, mas ainda para levar ao termo a guerra com o Paraguay de um modo que desagrave a honra nacional, são objectos que exigem os nossos mais insanos cuidados. E' a elles, pois, que o ministerio se applicará em primeiro logar.

Apresentando ao senado estas considerações, espero do seu patriotismo, das provas que tem constantemente mostrado e dado ao paiz de que se dirige pelos principios de justiça e do bem publico, que nos dará o apoio de que precisamos para desempenhar tão ardua e tão difficil tarefa.

O SR. NABUCO: — Sr. presidente, eu sou chamado á tribuna por um motivo que em minha consciencia (talvez esteja em erro) é muito imperioso. Este motivo, senhores, são as apprehensões de um governo absoluto, não de um governo absoluto de direito, porque não é

elle possível neste imperio que se acha na America, mas de um governo absoluto de facto.

O SR. T. OTTONI: – Apoiado

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – Essas já eu tenho ha mais tempo.

O SR. NABUCO: – E, pois, hei de fazer um protesto contra a legitimidade do novo ministerio.

O SR. T. OTTONI: – Muito bem!

O SR. NABUCO: – Peço aos nobres ministros que, se porventura acharem inconveniencia no que vou dizer, em razão da posição que occupo de conselheiro de estado, eu peço desde já a exoneração desse cargo, porque, senhores, prefiro a tudo a missão que recebi de meus concidadãos...

O SR. T. OTTONI: – Muito bem!

O SR. NABUCO: – ...e a liberdade que o seu exercicio exige. Prefiro á missão de conselheiro da corôa a missão de conselheiro da opinião. Não pretendo dizer senão poucas palavras.

Repetindo as expressões, que em annos anteriores eu empreguei, citando a autoridade de Mentalembert, eu direi: – não é aqui que se fazem ou desfazem os ministerios; e não quero por consequencia demorar o momento em que o novo ministerio deve ouvir o *verdict* dos eleitos immediatos do povo pronunciando a sua confiança ou desconfiança; quero apenas fazer um breve protesto, não sobre a legalidade do ministerio actual, porque em verdade a corôa tem o direito de nomear livremente os seus ministros mas, sobre a legitimidade do novo ministerio: concebeis a differença que assigna-lo entre legitimidade e legalidade. A escravidão, *verbi gratia*, entre nós é um facto legal, mas ninguem dirá que seja legitima, porquanto é ella condemnada pela religião christã e pela civilisação. Assim, a nomeação do novo ministerio é legal, mas não é legitima á face dos principios e dos usos do systema parlamentar.

Dizia S. Agostinho – que a Providencia era tão grande que não permittia o mal senão porque era tão poderosa que delle derivava o bem. – O mal a que alludo, senhores, é a ferida mortal que soffre o systema representativo com a nomeação do ministerio actual; o bem que desse mal se deriva é a unidade do partido liberal, a concentração de todas as forças democraticas no sentido de salvar o systema representativo que está em manifesta decadencia.

Senhores, se me levasse pelo coração eu seria todo do ministerio, porque reconheço nelle grandes habilitações; tenho ahi amigos a quem respeito, caracteres a quem consagro dedicação. Mas, senhores, a minha cabeça me diz que devo ser do meu paiz, que devo cumprir a missão que recebi delle.

Nem é occasião hoje de inquerir porque razão me acho com os liberaes, ou porque sou liberal, o que pôz em duvida o nobre senador pela minha provincia.

O SR. BARÃO DE S. LOURENÇO: – E ainda ponho.

O SR. NABUCO: – Bastaria, senhores, o grande fim da regeneração do systema representativo quando outras razões não houvesse para justificar a minha posição.

Como não inquiri qual a razão por que o nobre ministro dos negocios estrangeiros, o nobre ministro da justiça e o nobre ministro dos negocios da agricultura exprimem hoje no ministerio a opinião conservadora, quando elles forão liberaes, e proximamente liberaes, não deveis inquerir porque me acho com os liberaes.

Senhores, havia no parlamento uma maioria liberal, constituida pela vontade nacional; uma maioria tão legitima, tão legal, como tem sido todas as maiorias (*apoiados*) que tem havido; tão legitima e tão legal como são todas as maiorias que hão de vir sob o regimen eleitoral que temos.

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: – Isto é exacto; todas são assim.

O SR. NABUCO: – E disse-me, esta maioria tendia a decrescer? Não, tendia a augmentar pela probabilidade da união dos liberaes divergentes. Entretanto, o ministerio que representava essa maioria decahiu, não por uma vicissitude do systema representativo, não porque a minoria se tornasse maioria, mas por differenças que houve nas relações da corôa com seus ministros: a maioria ficou, portanto, a mesma senão maior.

Ora, o que aconselhava o systema parlamentar? o que mandava o respeito devido á vontade nacional? Que outro ministerio fosse tirado dessa maioria; mas fez-se isto? Não, senhores, e devo dizer com franqueza, isto foi uma fatalidade para as nossas instituições! Foi chamado o ministerio de politica estranha e adversa á politica estabelecida pela vontade nacional; foi chamada ao poder uma politica vencida nas mesmas urnas, que tinham produzido a maioria existente e dominante no parlamento.

O SR. VISCONDE DE JEQUITINHONHA: – Também é verdade.

O SR. NABUCO: – Isto, senhores, é systema parlamentar?! Pode um ministerio subir ao poder sem ser por meio de uma maioria? Não, senhores, segundo os principios e os usos do systema representativo os ministerios sobem como hão do descer, por meio das maiorias: não se despachão ministros, como se despachão delegados ou subdelegados de policia; hão de concorrer para as organizações ministeriaes os principios essenciaes do systema parlamentar.

O SR. T. OTTONI: – Apoiado!

O SR. NABUCO: – Sem duvida não podeis levar a attribuição que a constituição confere á corôa, de nomear livremente os seus ministros, até o ponto de fazer e desfazer politicas sem a intervenção nacional, de crear e substituir situações sem a influencia parlamentar.

Ora, dizei-me, senhores, não é isto uma verdadeira farça, um verdadeiro absolutismo, maximé com o regimen eleitoral que temos? Vêde este sorrites fatal que depõe contra a existencia real do systema representativo: — o poder moderador chama a quem quer para organizar ministerio; o ministerio faz a eleição; a eleição faz a maioria: — eis aqui o systema representativo em nosso paiz! Vós vos queixaveis, senhores do facto de 1863, tinheis razão

O SR. BARÃO DE S. LOURENÇO: — Peço a palavra.

O SR. NABUCO: — ...como os liberaes tinhão o direito de se queixar do facto de 1842 e de 1848; mas vêde a differença que ha de 1842, e 1848 para 1863: é que em 1863 havia um ministerio que subiu por meio de uma maioria, mas em 1842 e em 1848 os ministerios subirão contra maiorias parlamentares que existião; é o mesmo que se reproduz hoje. (*Reclamações.*)

O SR. RODRIGUES SILVA: — Em 1848 foi a patrulha.

O SR. NABUCO: — Em 1848 o ministerio subiu ao poder havendo uma maioria parlamentar de politica opposta.

Assim, senhores, eu não quero, como já disse, demorar os instantes em que o novo ministerio deve ouvir o *verdict* da camara dos deputados: contento-me simplesmente em fazer este protesto, como hei de fazer outros e desenvolve-los, se porventura não houver a dissolução de que está ameaçada a camara dos deputados.

Na consciencia do ministerio, como na consciencia de nós todos, está o reconhecimento da illegitimidade do ministerio actual e de todos os ministerios que forem organisados sem a influencia do parlamento, mas simplesmente pela vontade do poder irresponsavel. (*Apoiados.*)

Esta é a minha opinião.

O SR. BARÃO DE S. LOURENÇO: — Sr. presidente, não me competia tomar a palavra em tão graves circumstancias; reconheço meu lugar, a posição que devo occupar no parlamento e sobretudo a minha insufficiencia para responder o nobre senador que acaba de fallar, a quem felicito por ter afinal apparecido. (*Apoiados.*) Mas, eu devo fazer o que puder; aceito o conselho de Horacio: *Est quodam prodiro lonus, si non datur ultra*, que quer dizer: hei de fazer quanto em mim couber, e nada mais.

Sr. presidente, eu não me entristeço com a situação que o paiz vai tomando; considerava o Brasil um enfermo que caminhava para o seu desengano: via que o ameaçava o peor de todos os males, a grangrena social. Hoje vejo cousa mais esperançosa: uma febre, uma crise, de que pôde vir melhoras. Eu applaudo essa união, e por ella felicito ao nobre senador, porque nós desejavamos o reino das creanças. Não sei, senhores, o que vos dividiu; não me compete indagar isto; não é da minha competencia investigar as causas

~~de vossas desavenças: Non nostrum inter vos tantas componere lites; — mas felicito vos pela vossa reconciliação e da consolidação de dous partidos no imperio para repôr o systema constitucional em seus eixos. Mr. de Vergennes., ministro de Luiz XVI, escrevia-lhe: «Senhor, já não ha mais as tres divisões nacionaes: clero, nobreza e povo; ha só o rei que governa e um povo que obedece.» O que nasceu, porém, desse nivelamento? O desmoronamento da monarchia! porque, se não havia quem combatesse seus desvios, também não houve força para a sustentar; creião portanto que nem me assusta, nem me entristece o que observe hoje.~~

~~Sr. presidente, eu ouvi as causas dadas pelo nobre ex-presidente do conselho, da sahida do ministerio. Não tenho nada a dizer; porque é a narração de factos para mim novos. Apenas me feriu um pouco os ouvidos o nobre ex-presidente do conselho dizer que a causa da desintelligencia entre o ministerio e a corôa fôra não ser acertada a escolha de senador pelo Rio Grande do Norte. Sr. presidente, esta expressão não me agradou. Conviria antes que o nobre ex-presidente do conselho dissesse as razões do desacerto; em todo caso acho ser um tanto aspera a apreciação peremptoria de não ser acertada a vontade da corôa. Não seria conveniente a escolha, não seria politica na occasião; mas não me agradou a expressão não acertada.~~

~~O novo membro do partido liberal, que me vejo obrigado a reconhecer...~~

~~**O SR. BARÃO DE PIRAPAMA:** — Como chefe.~~

~~**O SR. BARÃO DE S. LOURENÇO:** — ...seja como chefe, declarou que não é legitima a ascensão do actual ministerio...~~

~~**O SR. NABUCO:** — E' legal, mas não é legitima.~~

~~**O SR. BARÃO DE S. LOURENÇO:** — ...porque S. Ex. não conhece legitima senão a ascensão e descida de ministerios pela votação da maioria da camara dos deputados, e, ao mesmo tempo que S. Ex. diz que só pela vontade da maioria da camara dos Srs. deputados, reconhecendo provavelmente a incompetencia do senado, pôde subir ou descer o ministerio, accrescenta: «Esta maioria representa o pai provisoria e insufficientemente, emquanto não houver mudança de lei de eleições, porque por ora não ha liberdade de voto.» Se pois não ha liberdade de voto, se essa maioria não se pôde considerar real, mas sim apenas official, e se a constituição estabeleceu o poder moderador que vela incessantemente sobre tudo que diz respeito aos destinos da nação; se todos os ministerios dizem; — havemos de perseverar emquanto tivermos a confiança da corôa e do parlamento...~~

~~**O SR. NABUCO:** — E' hoc propter hoc.~~

~~**O SR. BARÃO DE S. LOURENÇO:** — ...como é que o nobre senador pela primeira vez vem dizer que é illegitima a retirada de um ministerio que perdeu a confiança da corôa?~~